



1º Workshop Brasileiro de Avaliação de Ameaças, Vulnerabilidades, Exposição e Redução de Risco de Desastres – BRAHVE.

Sessão Especial “Ciência, Riscos e Desastres”, Eixo 3 - Planejamento, gestão e governança dos riscos

OS DESAFIOS DA CRIAÇÃO E AÇÃO DE UMA REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM REDUÇÃO DE RISCO E DESASTRES

MÁRIO FREITAS, pesquisador do Laboratório de Estudo de Riscos e Desastres (LabRed) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

SÉRGIO PORTELLA, pesquisador FIOCRUZ

INTRODUÇÃO

A DÉCADA DE 90

- ❑ A ONU declarou a década de 1990 como **Década Internacional para a Redução de Desastres Naturais (DIRDN)**.
- ❑ Criação, em 1992, a ***Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina*** (La RED), afirmando o paradigma habitualmente designado de “**construção social**”, por oposição ao clássico paradigma **fisicalista**.
- ❑ 1ª **Conferência Mundial sobre Prevenção de Desastres Naturais** em Hyokoama em 1994 e a criação da **Estratégia Internacional de Redução de Desastres (EIRD/UNISDR)** em 2000 que ressalta a importância da criação de “redes associações interdisciplinares para a investigação integrada e aplicada em todos os campos relacionados com a gestão do risco” (EIRD/ONU, 2004, p. 261).

OS QUADROS DE AÇÃO DE HYOGO E SENDAI

- ❑ A recomendação foi reiterada na 2ª Conferência Mundial para Redução de Desastres, que aprova o Quadro de Ação de Hyogo (2005-2015): “fortalecer as redes e promover o diálogo e a cooperação entre os especialistas em desastres, os especialistas técnicos e científicos, os encarregados da planificação e outros atores” (UNISDR, 2005, s/p).
- ❑ **A 3a Conferência Mundial das Nações Unidas** sobre a Redução do Risco de Desastres e o **Quadro de Ação de Sendai 2015-2030** reforçam a ideia de “aprimorar o trabalho científico e técnico sobre a redução do risco de desastres e sua mobilização através da coordenação de redes existentes e de institutos de pesquisa científica em todos os níveis e regiões” (UNISDR, 2015, p. 12).

NO BRASIL...

- ❑ ... a preocupação em organizar uma rede de pesquisa é recente. Em 2010 a **1a Conferencia Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária** aprova 104 diretrizes, 2 referem-se à pesquisa e uma recomenda a criação de “parcerias com previsão orçamentária entre as universidades e órgãos de defesa civil no desenvolvimento de estudos, pesquisas técnico-científicas e capacitação relacionada a riscos e desastres” (BRASIL, 2010a).
- ❑ Dois anos depois, a **Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC)** salienta a importância de “incentivar a instalação de centros universitários de ensino e pesquisa sobre desastres e de núcleos multidisciplinares de ensino permanente e a distância, destinados à pesquisa, extensão e capacitação” (BRASIL, 2012).

CRIAÇÃO DA RBP-RRD

- ❑ As primeiras ações voltadas à criação da Rede Brasileira de Pesquisa em Redução de Risco de Desastres (RBP-RRD), em 2013, tiveram como grande dinamizador o Centro de Excelência para a Redução do Risco de Desastres (CERRD/UNISDR), que se constitui como Secretaria Executiva.
- ❑ Projeto “SEDEC-PNUD BRA/12/017 – Fortalecimento da Gestão de Riscos de Desastres no Brasil” que também envolve a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
- ❑ A ideia foi reforçada na 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil (Brasília, 2014).

1º WORKSHOP, 2013, BRASÍLIA

- ❑ O objetivo principal foi **definir uma agenda de pesquisa** em Redução do Risco de Desastres (RRD) e **formar uma rede de pesquisadores** para promovê-la. Com 45 pesquisadores presentes (de grupos e centros de pesquisa).
- ❑ Foram discutidos os seguintes pontos:
 - a) levantamento dos **atuais e potenciais grupos de pesquisas** no país;
 - b) identificação de **caraterísticas e condicionantes do desenvolvimento de pesquisas** em RRD;
 - c) definição de uma **agenda brasileira de pesquisa**;
 - d) envolvimento e contribuição das **agências de fomento**;
 - e) próximas iniciativas.

2º WORKSHOP, 2014, PETRÓPOLIS

- ❑ Teve como resultados principais:
 - a) recomendações e compromissos voluntários relacionados ao Quadro de Ação de Hyogo pós-2015;
 - b) princípios e diretrizes resultantes da conferência livre sobre defesa civil;
 - c) **acordos e encaminhamentos para a estruturação da REDE**, nomeadamente, missão, objetivos, princípios e diretrizes, ações e metas, estrutura, forma de institucionalização, critérios de inclusão, criação de Grupo de Implementação (GI) da RBP-RRD.

APÓS O 2º WORKSHOP, 2014-2016

❑ O GI e pesquisadores desenvolveram atividades presenciais e virtuais:

a) encontro na ***Semana de Proteção e Defesa Civil, em Florianópolis***, em maio de **2015**, organizada pela Secretaria de Estado de Defesa Civil de Santa Catarina (SDC-SC) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC);

b) reunião no ***I Seminário Internacional Desnaturalização dos Desastres e mobilização comunitária: novo regime de produção do saber***, realizado na Fiocruz, Rio de Janeiro, em outubro do mesmo ano;

c) reunião, em 2016, no ***I Congresso Brasileiro de Redução do Risco de Desastres***, realizado em Curitiba e organizado pela REDE através de uma parceria com a Universidade Positivo, o CEPED-PR, a UNESPAR, a Fiocruz, UDESC e a UERJ.

ESCOPO, MISSÃO E OBJETIVOS

Missão: promover (interligando pesquisa, ensino e extensão) a construção e o compartilhamento de saberes em GRD, sobretudo em RRD, como subsídio à elaboração de políticas públicas coerentes, rumo a sociedades mais sustentáveis, adaptadas e resilientes.

Objetivos: a) promover o trabalho conjunto e a integração de pesquisa, ensino e extensão entre grupos de pesquisa e pesquisadores no Brasil; b) cooperar na formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, em âmbito nacional e internacional, em RRD; c) contribuir para a disseminação de informações, formação e capacitação em RRD; d) articular esforços no sentido de reforçar formas de financiamento e apoio a pesquisa em RRD no Brasil.

Quadro 1. Princípios/diretrizes e objetivos da REDE

Princípios/diretrizes	Especificação
Caráter multicêntrico das políticas públicas em RRD, a serem sugeridas	A REDE deve assentar na articulação (espontânea ou institucionalizada) entre estado e sociedade
Organização interna e articulação externa flexível	Estruturação interna que integre toda a diversidade existente e estabelecimento de parcerias e ações conjuntas com outras redes e/ou estruturas com finalidades similares
Interação participativa, assente numa efetiva ecologia de saberes	Pesquisadores, atores públicos e privados e comunidades, devem interagir respeitando diferentes racionalidades e percepções sobre riscos e desastres
Alinhamento com modelos de desenvolvimento e sociedades mais sustentáveis	A pesquisa, ensino e extensão em RRD devem orientar-se pela perspectiva de construção de formas de desenvolvimento e sociedades mais sustentáveis
Interdisciplinaridade, intersetorialidade e interculturalidade na organização e na ação	Assegurar a integração não só de todos os todos os domínios disciplinares como das diversas etapas ou fases da gestão de riscos

Fonte: elaboração dos autores com base nas deliberações da reunião de Petrópolis.

ESTRUTURAÇÃO – PESQUISA BASE

- ❑ **Pesquisa documental, via internet**, de exemplos nacionais e internacionais de redes, relacionáveis com a RBP-RRD, com adoção de alguns **filtros** para **seleção da amostra** (máximo de 10 redes; exemplos nacionais e internacionais; inclusão de casos ibero-latino-americanos análise limitada a um número limitado de aspectos, etc.).

Redes analisadas: ISCRAM, REDULAC, Red Andina de Universidades en Gestión del Riesgo y Cambio Climático, Países Andinos, RMIT, WATERLAT-GOBACIT, ObservaRH, RCFA, Rede CLIMA etc.

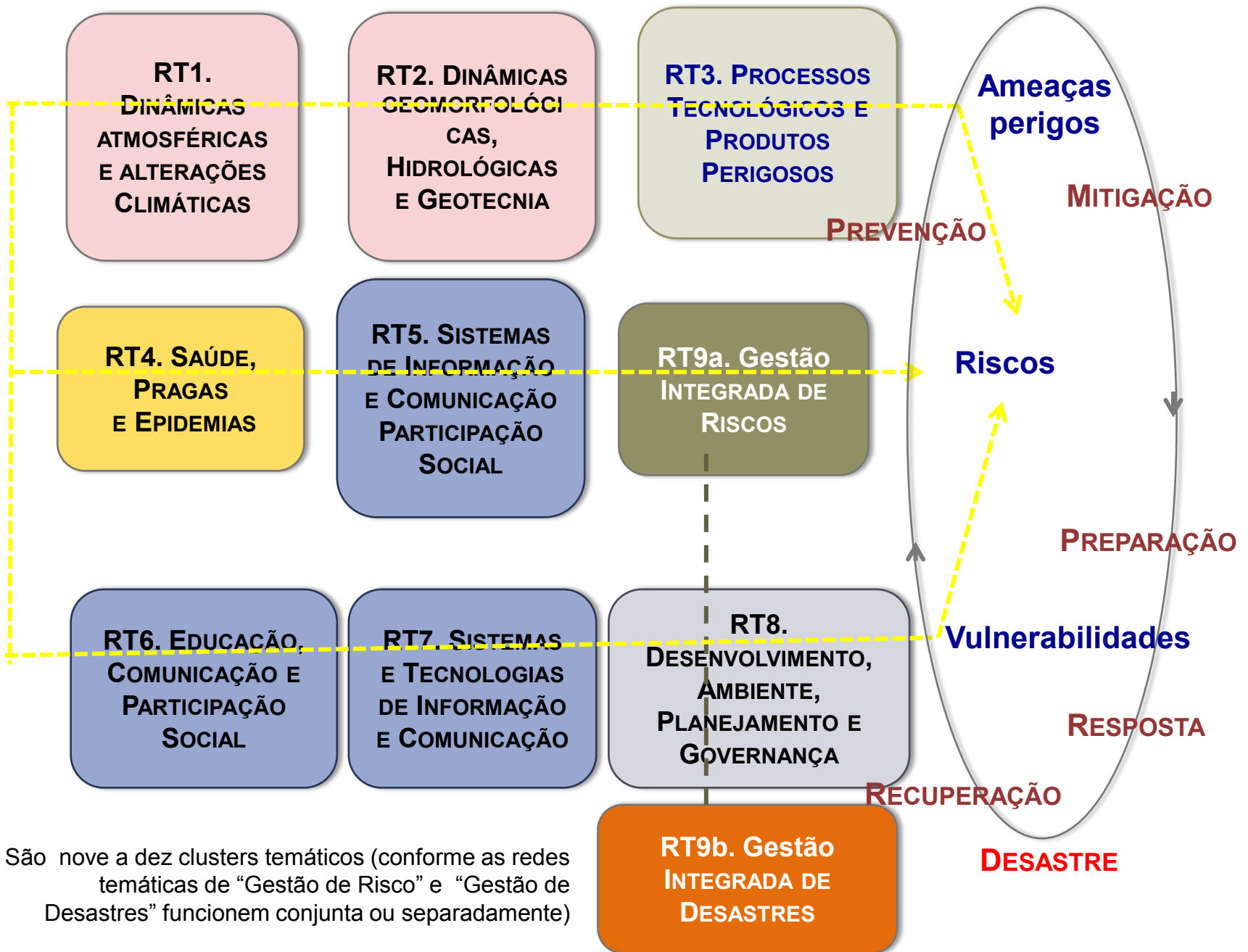
CONCLUSÕES GERAIS

- a) algumas redes são associações sem fins lucrativos;
- b) é frequente a coexistência de membros individuais e membros institucionais;
- c) os órgãos de gestão incluem, em geral, um tipo de Assembleia Geral, Conselho Diretivo (por vezes Coordenador ou Diretor) e Conselho Científico;
- d) muitas possuem grupos de trabalho ou redes temáticas, definidas com vários critérios, em geral, não exclusivos;
- e) há vários exemplos de institucionalização de redes com apoio ou por iniciativa do poder público;
- f) em geral, as redes organizam-se para dar resposta a necessidades e/ou oportunidades surgidas, promover políticas públicas e gerar dados e reflexões que suportem tais políticas e/ou dinamizem tais iniciativas.

PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO INTERNA

Quadro 2. Comparação sintética de hipóteses de estruturação interna da REDE

<p>Hipótese disciplinar clássica (HDC)</p> <p>Uma hipótese, por vezes aventada, seria uma subdivisão de base disciplinar científico-acadêmica que, convencionalmente, designamos por hipótese disciplinar clássica (HDC). A enorme desvantagem desta fórmula é que, por um lado, ela nada acrescenta aos mais clássicos modelos de pesquisa disciplinar especializada (que, em certos contextos, têm-se evidenciado como não desejáveis) e, por outro lado, não parece estar de acordo com a missão e os objetivos da rede e sua contribuição para a formulação de políticas públicas de RRD.</p>	<p>Hipótese matricial mitigada (HMM)</p> <p>Durante os debates de Petrópolis realizou-se um levantamento, entre os participantes do workshop, de palavras-chave que, simultaneamente, relacionassem o tipo de pesquisa realizado com a etapa do ciclo de gestão de risco em que cada pesquisador predominantemente atuava. A ideia era chegar a uma organização mais matricial, tomando como referência a experiência do CEPED da USP. Com base nesse levantamento chegou-se a uma proposta que privilegiava uma subdivisão amarrada às fases do ciclo de gestão de risco e se desdobrava em 20 grupos, pouco homogêneos que não reuniram consenso. Tratava-se, efetivamente, de uma organização matricial muito frágil que, por isso, designamos por hipótese matricial mitigada (HMM).</p>
<p>Hipótese de não subdivisão (HNS)</p> <p>Em face de questionamentos relativamente à HMM, chegou a levantar-se a possibilidade de não se fazer subdivisão em subgrupos ou redes temáticas, o que tipificaria uma hipótese de não subdivisão interna (HNS). Em nossa opinião, tal solução é inadequada. Efetivamente, a necessidade de conciliar a inquestionável diversidade de objetos e dinâmicas de pesquisa em RRD, com uma necessária integração dessa diversidade investigativa, desaconselha essa solução.</p>	<p>Hipótese matricial plena (HMP)</p> <p>Hipótese que procura atender às seguintes necessidades: a) definir uma verdadeira matriz complexa, que tome como base uma combinação entre domínio de pesquisa-domínios de ação, domínios de saber científico-acadêmico e disciplinar, tipos de desastre e fases de GRD; b) fazer coexistir espaços de pesquisa mais interdisciplinares (ou seja, de mais ampla interação disciplinar), com espaços mais disciplinares e especializados; c) abarcar e integrar os domínios fundamentais em que se tem produzido pesquisa no Brasil; d) ser base de articulação com políticas públicas e agendas de pesquisa em GRD/RRD. Define sete redes temáticas (Figura 1)</p>



São nove a dez clusters temáticos (conforme as redes temáticas de “Gestão de Risco” e “Gestão de Desastres” funcionem conjunta ou separadamente)

PESQUISA EM RRD NO BRASIL

PESQUISA EM RRD NO BRASIL

Uma tarefa prioritária de uma rede de pesquisa é realizar levantamento da situação da pesquisa. Nesse aspecto, o Brasil ainda precisa aperfeiçoar esse diagnóstico no âmbito da Gestão e Redução de Risco e Desastres. Um estudo realizado pela UNISDR-CERRD (2014) identifica um número maior de grupos de pesquisa e publicações do que os identificados por Rodrigues e colaboradores (2015).

GRUPOS DE PESQUISA

- ❑ Rodrigues et al (2015) identificaram 53 grupos de pesquisa
- ❑ O estudo da CERRD (2014), por seu turno, mapeou 369 grupos
- ❑ Embora os grupos de pesquisa registrados no CNPq correspondam à face formal da organização da realidade da pesquisa.
- ❑ Na prática, muitos grupos de pesquisa têm designações que correspondem, a uma espécie de nome guarda-chuva e, no seu interior, existem linhas de pesquisa, objetos de pesquisa e subgrupos bastante distintos.
- ❑ Laboratórios e núcleos funcionam, na prática, como grupos ou subgrupos de pesquisa com dinâmicas próprias e não necessariamente refletidas nos grupos de pesquisa

ARTIGOS

- ❑ Em relação aos artigos publicados em periódicos brasileiros – constantes na base Scielo –, o estudo de Rodrigues et al (2015) identificou 27 artigos, cerca de 90% publicados a partir de 2008.
- ❑ Já o estudo realizado pela UNISDR-CERRD (2014) – que contemplou a base SciELO, Capes e Currículos Lattes – CNPq – identificou 721 artigos
- ❑ Existem claras dificuldades nos estudos de identificação e caracterização da produção científica brasileira no tema. Para tanto, a organização de um trabalho em REDE poderia: consolidar formas que favorecessem o registro automático dessas publicações; criar sinergias e estabilizar metodologias de proceder a sua revisão periódica, criando relatórios integrados de pesquisa que subsidiem políticas públicas.

DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DE UMA AGENDA DE PESQUISA

PRIORIDADES DE PESQUISA

- ❑ A definição de **prioridades de pesquisa** depende de:
 - a) aquilo que a pesquisa científica já realizada ou em curso sugere;
 - b) o que as comunidades e os cidadãos, em geral, clamam como prioritário;
 - c) o que os gestores públicos eleitos e nomeados, na defesa do interesse público, consideram como sendo prioritário;
 - d) o que a realidade concreta, em cada contexto espaço-temporal específico, recomenda como prioritário.

Diretriz	Explicitação	Correspondência aos Quadro de Ação
<p>Diretriz 1. Manter um sério compromisso nacional relativamente à RRD, integrando-a com políticas de um verdadeiro desenvolvimento sustentável e da criação de sociedades sustentáveis</p>	<p>Desastres e os riscos são, em larga medida, decorrentes de certo modelo ou, no mínimo, certas opções de desenvolvimento não sustentável. Reduzir o risco de desastres só é possível no quadro de um efetivo processo de construção de formas de desenvolvimento e sociedades mais sustentáveis.</p>	<p>Esta diretriz articula-se com a primeira prioridade de Hyogo, inserindo-a numa nova lógica e, também, com a segunda prioridade de Sendai</p>
<p>Diretriz 2. Adotar uma abordagem sistêmica e complexa da RRD, necessariamente, inter ou transdisciplinar, baseada num paradigma onto-epistemológico</p>	<p>Grande parte da pesquisa em RRD segue os cânones da ciência clássica, ou seja, é dualista (separa sujeito de objeto) e reducionista (do ponto de vista constitutivo, explicativo e, até, teórico). Exige-se a adoção de novas perspectivas que, em primeiro lugar, ultrapassem o dualismo ontologia/epistemologia e, depois, explorem as causalidades múltiplas e inversas, as causalidades circulares e recorrências, as emergências etc.</p>	<p>Esta diretriz vai de encontro à terceira prioridade de Hyogo e primeira prioridade de Sendai, relativas à compreensão do risco</p>
<p>Diretriz 3. Monitorar ameaças e vulnerabilidades em tempo real, com o máximo rigor e emitir alerta prévios, tão rigorosos quanto possível</p>	<p>Os dados são produzidos pelas instituições públicas com diferentes intencionalidades e lógicas, em diferentes escalas espaciais e temporais, com erros e falhas a serem filtrados, com formas muitas vezes pouco amigáveis de consulta e análise e com diferentes possibilidades de cruzamento. Isto impossibilita o estabelecimento de parâmetros sólidos para emissão de alertas, diminui as capacidades de previsão, prejudica o planejamento etc. Reorganizar a produção de dados, segundo critérios que permitam sua partilha e triangulação é, sem dúvida, uma prioridade de pesquisa.</p>	<p>Esta diretriz articula-se com a primeira prioridade de Sendai e à segunda prioridade de Hyogo.</p>

<p>Diretriz 4. Adotar uma “abordagem mais ampla, centrada nas pessoas, para prevenir os riscos de desastres” (UNISDR, 2015, p. 5)</p>	<p>A ideia de um amplo envolvimento de todas as partes interessadas nas políticas e ações de RRD (setores público e privado, organizações da sociedade civil, academia, instituições científicas e de pesquisa, empresas).</p>	<p>Esta diretriz interliga-se com as prioridades 2 de Hyogo e as prioridades 1 e 2 de Sendai.</p>
<p>Diretriz 5. Promover a criação de uma cultura de adaptação e resiliência assente numa educação, formação e capacitação qualificadas</p>	<p>A educação, formação e capacitação são fatores de mudança cultural, de alteração de posturas éticas, de desenvolvimento do pensamento crítico e criativo, de mudança de atitudes e comportamentos, rumo a sociedades mais seguras, mais resilientes e mais sustentáveis.</p>	<p>Esta diretriz articula-se com a prioridade 3 de Hyogo e as prioridades 2 e 4 de Sendai.</p>
<p>Diretriz 6. Promover a ecologia de saberes, construindo mais complexos entendimentos sobre riscos de desastre, adaptação e resiliência</p>	<p>Deve se promover uma verdadeira ecologia de saber (respeito e consideração por saberes construídos de outras formas que não a ciência clássica), gerando novas dinâmicas onto-epistemológicas de produção de conhecimento em RRD, especialmente, em contextos relacionais com sociedades tradicionais, indígenas, quilombolas etc.</p>	<p>Esta diretriz articula-se com a prioridade 3 de Hyogo e as prioridades 1 e 2 de Sendai</p>
<p>Diretriz 7. Assumir a cidade como um território central de políticas públicas em RRD</p>	<p>A extensiva impermeabilização de solos, a profunda alteração da rede hídrica, a destruição da mata ciliar, a inadequada gestão de resíduos, entre outros aspetos, são responsáveis pela geração de cenário de riscos hidrológicos e geomorfológicos. Ao mesmo tempo, as cidades concentram 85% da população brasileira e evidenciam perigosas dinâmicas de exclusão dos mais desfavorecidos que, sem adequadas políticas de habitação e rendimentos precários, são empurrados para as encostas, as áreas de inundação.</p>	<p>Esta diretriz, atendendo a seu caráter específico articula-se, praticamente, com todas as prioridades de Hyogo e Sendai.</p>

<p>Diretriz 8. Considerar o planejamento e implementação de políticas de uso da terra como aspectos centrais da RRD</p>	<p>A criação de cenários de risco está intimamente relacionada com erradas políticas de uso da terra. Desmatamentos, promoção de grandes extensões de monoculturas, secagem de zonas úmidas, exploração descontrolada de recursos minerais, são, entre muitos outros, exemplos de inadequados usos da terra que têm contribuído para gerar diversificados, extensos e continuados cenários de risco.</p>	<p>Esta diretriz articula-se com a prioridade 4 de Hyogo e 2 de Sendai.</p>
<p>Diretriz 9. Assumir o desafio da adaptação e resiliência face às alterações climáticas</p>	<p>As alterações climáticas têm efeitos notórios nos riscos atuais e, previsivelmente, efeitos ainda maiores, mas ainda incertos, nos riscos futuros.</p>	<p>Esta diretriz articula-se com a segunda prioridade de Sendai</p>
<p>Diretriz 10. Tomar em consideração os diversos contextos da comunicação de risco</p>	<p>A comunicação de risco deve assumir-se com um complexo processo de interações discursivas que se processa a vários níveis e que se vai transformando numa prática social. O papel das mídias, a comunicação direta com as populações, a comunicação interna às instituições e comunidades se constituem como três esferas cujas lógicas e funcionamento devem ser alvo de pesquisa.</p>	<p>Esta diretriz articula-se com a terceira prioridade de Hyogo e primeira prioridade de Sendai</p>

<p>Diretriz 11 Aumentar a preparação para desastres visando uma resposta eficaz e uma melhor reconstrução</p>	<p>Os desastres demonstram que as fases de recuperação, reabilitação e reconstrução são uma oportunidade fundamental para reconstruir melhor, inclusive numa lógica de redução do risco de desastres.</p>	<p>Esta diretriz corresponde à quarta prioridade de Sendai</p>
<p>Diretriz 12 Otimizar modelos de governança em PDC e RRD</p>	<p>A governança do risco de desastres nos níveis nacional, regional e global tem grande importância para uma gestão eficaz e eficiente dos riscos de desastres. É necessário ter visão clara, planos, competências, orientação e coordenação intra- e intersectorial</p>	<p>Corresponde à segunda prioridade de Sendai</p>
<p>Diretriz 13 Promover a saúde como elemento central de resiliência diferenciando o apoio a grupos mais frágeis</p>	<p>A saúde física e mental é a mais básica e fundamental base da resiliência, tanto para enfrentar ameaças biológicas, incluindo, epidemias (eventualmente, agravadas num quadro de alterações climáticas), como ameaças tecnológicas e naturais. Interligando-se com várias das dimensões anteriores, esta dimensão se assume como fundamental em todas as fases do ciclo da GRD. Neste domínio tem, obviamente, que se considerar, a dinâmica individual de cada ser humano e a dinâmica da saúde pública, com especial atenção para os grupos mais frágeis; pessoas com necessidades especiais; crianças; idosos; mulheres; moradores de rua etc.</p>	<p>Articula-se com as prioridades 4 e 5 de Hyogo e prioridades 3 e 4 de Sendai</p>

SUPERAÇÃO DE DESAFIOS

SUPERAÇÃO DE DESAFIOS

- ❑ Após quatro anos, sem se conseguir institucionalizar, sem SE e com um GI paralisado, a REDE se encontra numa espécie de fim de ciclo, sujeita a fortes vulnerabilidades políticas, institucionais e econômicas.
- ❑ As causas estão relacionadas, em nossa opinião, com três aspectos fundamentais.
 - 1) a ainda **pequena relevância atribuída pelas instituições de ensino superior (IES) ao tema**. Apesar das iniciativas realizadas e dos discursos proferidos, a G-RRD é marginal à atividade de pesquisa, ensino e extensão das IES e é alvo de baixos investimentos, salvo talvez em situações em que as abordagens são academicamente tuteladas por domínios de saber prestigiados e poderosos, no hierárquico e elitista edifício científico-acadêmico brasileiro e mundial.

2) a **pressão profissional torna exíguo o tempo disponível** e retira capacidade de dedicação a domínios que não se interligam diretamente com as tarefas prioritárias, da instituição/departamento: a docência atribuída, a pesquisa e a publicação em domínios consolidados, o cumprimento de funções de natureza burocrático-formal etc.

3) apesar de se esperar das IES um papel transformador e de vanguarda, elas são, em grande parte, **espelho da sociedade em que vivemos**, altamente individualista e competitiva e, por isso mesmo, reproduzem, em maior ou menor escala, as lógicas dessa mesma sociedade.

Para tentar explicar como estes aspectos podem estar na base da atual paralisia da REDE, temos que recorrer a uma análise sistêmica, de relações de poder-saber, combinada com uma análise sistêmica dos discursos que vêm sendo produzidos e partilhados.

- ❑ O modelo teórico da **microfísica do poder**, de Michel Foucault, que se interliga diretamente com as questões do discurso, pode ajudar-nos a, em parte, compreender o que, realmente, se passa.
- ❑ Foucault estudou um poder específico que chamou de **poder disciplinar ou disciplina** que, na realidade é “uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder” (Machado, 2006, p. XVII).
- ❑ A disciplina é “um tipo de organização do espaço” e “um controle de tempo” (Machado, 2006). Tal formulação foi aplicada por Foucault a contextos como o das prisões, dos hospícios, dos hospitais, das fábricas e, até, das escolas. Mas o **poder disciplinar penetra mais abaixo, nos componentes moleculares** destas instituições (departamentos, grupos de pesquisa, laboratório, Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (em geral, ligados às universidades federais), em suas relações com outras redes de poder a nível estadual e local.

- ❑ Inclui, ainda, a própria estrutura de Proteção e Defesa Civil que, não sendo primordialmente de pesquisa, situa-se no âmago do território de saber-poder de RRD. Inclui, também, a REDE.
- ❑ A REDE se constitui como um **novo território**, um **novo campo de saber** a que logo se associa uma **rede de poder**: “saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo o saber constitui novas relações de poder” (Machado, 2006, p. XXI).
- ❑ O saber da REDE clama ser o da **articulação e integração de diversos saberes** em RRD e sua influência nas políticas e ações. A um tal campo de saber associa-se uma rede de poder que resulta da interação das variadas redes, com diferentes tipos de prioridades, variados focos e agendas, distintas localizações e recortes temporais, a que pertencem os membros da REDE.

- ❑ Integrados na REDE, os poderes e os saberes disciplinares das universidades e departamentos e CEPEDS são, digamos, postos em **interação horizontal**. A constituição de um campo de saber-poder, em torno da RRD, especifica novos indivíduos, acarreta novas relações de poder e vice-versa.
- ❑ Não há que olhar esta realidade negatividade. Foucault refuta uma ideia “negativa, estreita e esquelética de poder”, até porque “o que faz com que poder se mantenha e seja aceito é que (...) ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso, devendo ser considerado como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social” (Foucault, 2006, p.8).
- ❑ Não se deve esquecer que o poder disciplinar, especificamente, “não destrói o indivíduo: ao contrário ele o fabrica. O indivíduo não é o outro poder (...) é um de seus mais importantes efeitos” (Machado, 2006, p. XX).

- ❑ Não há que olhar esta realidade com uma prévia avaliação de negatividade. Foucault refuta uma ideia “negativa, estreita e esquelética de poder”, até porque “o que faz com que poder se mantenha e seja aceito é que (...) ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso, devendo ser considerado como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social” (Foucault, 2006, p.8).
- ❑ Na mesma lógica, não se deve esquecer que o poder disciplinar, especificamente, “não destrói o indivíduo: ao contrário ele o fabrica. O indivíduo não é o outro poder (...) é um de seus mais importantes efeitos” (Machado, 2006, p. XX).
- ❑ Não se deve, porém, esquecer que “o poder é implícito nas práticas sociais cotidianas, que são distribuídas universalmente em cada nível de todos os domínios da vida social e são constantemente empregadas; o poder é tolerável somente na condição de que se mascare uma grande parte de si mesmo. Seu sucesso é proporcional à sua habilidade para esconder seus próprios mecanismos” (Fairclough, 2001, p.75).

- ❑ Tal poder ser, em grande parte realizado, através dos **discursos associados ao poder e ao saber**: “o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas normas e convenções, relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação, constituindo e construindo o mundo em significado” (Fairclough, 2001, p. 91).
- ❑ Contudo, o “impacto da prática discursiva depende de como ela interage com a realidade pré-constituída” (Fairclough, 2001, p.87). Deverá, ainda, realçar-se aquilo que Foucault chama de **princípio da descontinuidade** que reflete muito bem a relação entre discurso e poder: os discursos devem ser tratados como “práticas descontínuas” que “se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (Foucault, 2008, p. 52-53). A **interdiscursividade** e a **descontinuidade** são questões fundamentais nos discursos na e sobre a REDE.

DESAFIO

Analisar as novas relações de poder/saber/produção de individualidade no âmbito da REDE, lutando para que, de fato, ela se institucionalize, constitui-se como o primeiro grande desafio a superar.

Tal implica escolher o que valorizar o que priorizar. Implica criar sinergias.

❑ A superação do desafio só será possível se:

a) para além das emergências (como os congressos e outros eventos) se debater a importância e urgência da REDE como novo território de saber-poder que não se confronta, mas antes se articula e complementa, com outros já existentes;

b) tal processo for realizado através do amplo empoderamento de todos os membros individuais e institucionais da REDE, vendo-os como participantes plenos do saber-poder a ela associado;

c) o processo de institucionalização formal da REDE for rápido (via CEMADEN), com criação de um órgão de coordenação e mediação interna e externa, diferenciado do atual GI, que manifeste inequívoca vontade de atuar, no imediato;

e) Se dinamizarem formas de mobilização do saber-poder da rede, nomeadamente, sub-redes, grupos de trabalho, portal, relatórios de revisão de pesquisa etc.

PAPEL DECISIVO

- ❑ Desnaturalização dos desastres/ambientalização de riscos e desastres
- ❑ Análise da relação entre riscos e desastres e desenvolvimento (desenvolvimento sustentável)
- ❑ Sugestão de políticas públicas articuladas.

AMBIENTAL



FISICALISMO



**CONSTRUÇÃO
SOCIAL**

RELAÇÕES DE ESPECIFICAÇÃO

Que ações, iniciativas, processos, dinâmicas, etc. foram e vão gerando e especificando a estrutura relacional constitutiva da cidade?

RELAÇÕES DE ORDEM, CONTROLO

Que tipo de ideologias, modelos e opções de desenvolvimento (urbano, mas não somente), leis e regulamentos, planos, discursos, etc. condicionam as relações de especificação e constituição

Que constituição (relacional) (pessoas, edifícios, serviços, infraestruturas, vegetação, etc.) tem a cidade?

CONSTITUIÇÃO RELACIONAL

